TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO /2015

FACULDADE
DE COMUNICAÇÃO
UnB

Reportagem | **Laura Tizzo**
Fotos | **Isabelle Araújo**
Diagramação | **David Murad**
Jéssica Martins

HÁ VIDA
AÇA

A ONDE
MPO

As crianças jogavam bola no quintal de casa. O campo era improvisado, assim como tudo ao redor. Improvisaram o terreno, o placar, os trajes e as próprias habilidades. Seria possível dizer que improvisaram até o sonho. A poucos metros, Leila observava os miúdos. Para quem perguntasse, ela os estava vigiando. Mas os mais sensíveis e atentos bem sabem que o passatempo dos filhos, sobrinhos e netos são uma ótima distração para os crescidos. Quantas e quantas decisões já foram tomadas paralelamente a um jogo de futebol? Quantos devaneios, quantos suspiros, quantas lembranças e quantas constatações acontecem enquanto somos plateia?

Uma escuridão tomou o céu sobre o campo, interrompendo o pensamento de Leila. O mês de março de 2015 foi chuvoso em Brasília. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, até o dia 27 do mês foram registrados 349,5 milímetros de chuva, 93% acima da média esperada para o período. Naquela tarde de seis de março, porém, não foi a chuva enciumada que roubou a claridade, pedindo para que todos os olhares se voltassem a ela. Uma fumaça invadiu o jogo, fazendo com que as crianças batessem em retirada.

A nuvem baixa ofuscava a visão, mas não impediu que os filhos retornassem para onde haviam saído mais cedo. Um novo estrondo encobriu de medo todo o acampamento. Leila cerrava os olhos para tentar identificar as crianças que a abraçavam. Faltava alguma? Um calafrio subiu-lhe a espinha.

"Todo mundo pra fora", rugiu o homem, apontando a arma à cabeça de Leila.

Pouco a pouco, apareciam mais homens fardados (qual é a farda, afinal, que carregam?). Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez... Trinta e nove. Cada um trazia as crianças, os adolescentes, os adultos e os idosos que encontravam pelo caminho. Empacotaram todos em uma das tendas do acampamento.

"O que está acontecendo?", perguntou Leila.

"Cala a boca ou é tiro na cabeça de vocês. Querem ver? Reajam pra vocês verem, reajam!" Bradou o policial.

Eram quatro da tarde. Chovia, dessa vez, não para roubar a cena, mas talvez em solidariedade ao grupo refém das forças armadas. Enquanto alguns policiais permaneciam dentro da tenda com os moradores do acampamento, outros vasculhavam as casas. Os mantimentos, as vestimentas e os eletrodomésticos que encontravam, despejavam no chão, junto à lama formada pela chuva. Pediram para que as mulheres levantassem a roupa, para ver se não escondiam algo. Depois foi a vez das crianças. Nem o neto de um ano de idade de Leila passou despercebido durante a caça. Tiraram a fralda do bebê à procura por algum objeto que os moradores do acampamento ainda não sabiam qual era, posto que os policiais não haviam apresentado mandado judicial.

"Estou com sede". Alertou uma das mulheres.

"Eu vou é cuspir na sua cara". Recebeu de volta.

Tampouco podiam ir ao banheiro, as necessidades tinham de ser feitas ali mesmo, na frente de todos, mas os moradores preferiram urinar nas próprias calças a deixar os outros companheiros embaraçados com a nudez.

A operação durou quatro horas. Na ocorrência registrada na 16ª Delegacia de Polícia, localizada na região administrativa

de Planaltina, foram contabilizados quatro revólveres, sendo um de calibre .32 e três .38, uma espingarda 5.5 e diversas munições. Os proprietários das armas foram autuados, pagaram fiança e foram liberados. O vídeo divulgado pela Polícia Militar sobre a mesma ação dá conta de oito armas: cinco revólveres .38, um revólver .32, um revólver .22, uma espingarda .22 e 15 facas que seriam utilizadas, segundo informações repassadas pelos policiais, para cometer crimes. Na versão dos proprietários, seriam, no entanto, dois revólveres .38 e uma garrucha.

"A gente tinha uma arma de herança lá. Isso era coisa que ficava guardada, ninguém podia ver, nenhuma criança não via, nenhum adulto. Então, coisa de gente da nossa família quando morre, a gente não desfaz, guarda", disse Elias da Costa, marido de Leila e líder do acampamento.

A morte é o maior clichê da vida humana. Apesar da nossa insistência em tentar explicá-la, ainda não se sabe, por exemplo, se com ela se parte ou se ela é um parto; se ela é o fim ou é a finalidade. O que se pode dizer, e mesmo os mais céticos devem assumir, é que a morte deixa rastros entre os que ainda não se foram. As heranças dadas, portanto, trazem consigo outras heranças, que são as histórias, as memórias e marcas de quem outrora possuiu o objeto. Para alguns ciganos, como aqueles do acampamento de Leila e Elias, o que se herda não pode ser jogado fora, mas também não é posto em uso.

"Então era uma coisa que você tinha, mas não tinha. Tinha, sim. Tinha que estava guardada, que era da pessoa. Mas não que tinha ela pro uso nem pra nada", assim afirmou Leila.

No Distrito Federal, existem dois acampamentos ciganos. Um deles é o de Elias e Leila, que fica no Córrego do Arrozal, em Planaltina, onde vivem cerca de cem pessoas em 25 barracas, segundo a contagem que eles mesmos fizeram. Pelo menos viviam até a tarde chuvosa de seis de março. Depois desta data, partiram para o acampamento de um primo no município de Posse, divisa da Bahia com Goiás, mas ainda pretendem voltar. Além dele, há o acampamento de Wanderley da Rocha, que também tem certo grau de "parenteza", como ele mesmo disse, com Elias.

"A minha mãe mais a mãe dele são primas carnais, filhas de dois irmãos. Então é sempre misturado, sempre casa na família e aí fica todo mundo junto", define o marido de Leila.

O espaço que Wanderley ocupa em Sobradinho é habitado por 65 pessoas. Os ciganos defendem que são aproximadamente dois mil deles morando na capital federal: 165 vivendo em acampamentos, segundo estimativa não oficial, e o restante dividido em casas e/ou apartamentos. A Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Semidh), pasta responsável pela atenção aos ciganos no DF, acredita que o número seja de 300. Com relação aos dados nacionais, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) estima que a população cigana no Brasil seja em torno de meio milhão. Quando conheci Wanderley, bem antes da invasão policial no acampamento de Elias, ele morava em outro lugar.

A reportagem

Novembro de 2013. O telefone toca em minha mesa. Perto de mim, repórteres teclam compulsivamente, verificando, de tempos em tempos, se nenhuma letra intrometida resolveu se aventurar no meio de alguma palavra carente. Corre que o deadline vem aí e hoje está de mau humor. Do outro lado da linha, uma voz masculina sopitava palavras. Pouca coisa dita do outro lado da linha era compreensível. Além da notável aflição, o sotaque carregado, típico de regiões rurais, dificultava o diálogo. Desloquei toda minha atenção para os ouvidos e, pouco a pouco, a conversa ganhava nitidez.

Era horário de almoço. As 50 pessoas que à época dividiam barracas de lona em um lote emprestado se preparavam para a refeição. Alguns, mais apressados, já haviam tomado a frente e se serviram. A

Estima-se que os ciganos foram trazidos para o Brasil no século XVI. Mesmo assim, suas histórias permanecem desconhecidas por grande parte da população.

comida era sempre muito bem temperada, digna dos críticos mais exigentes, desde que não se incomodassem com a simplicidade. Arroz, carne moída, tomate picado e cheiro verde. Depois do almoço, Daiane, filha de Wanderley, prepararia o café coado que desbanca muito barista por aí. Os vizinhos devem ter salivado quando sentiram o cheiro vindo das panelas do acampamento, afinal, viviam muito próximos. A família de Wanderley acampava em um espaço situado entre duas residências. Assim, com ajuda de uma extensão e a solidariedade dos vizinhos, poderiam ter acesso à energia elétrica.

Um tiro irrompeu a calmaria. "Perdeu, perdeu!", ouviram além do estouro. Outro tiro. Balas em meio ao almoço, uma situação tão indigesta que fez com que Wanderley telefonasse à redação do jornal em busca de ajuda. Não aguentavam mais. Queriam que algo fosse feito em prol da segurança em Planaltina (em 2013 viviam no bairro Arapoanga da região administrativa), mas sentiam que os pedidos deles próprios não eram ouvidos pelas autoridades.

"A gente não tem nenhuma segurança lá. Lá é assim, se você precisar de um policial lá, você pode ligar, ninguém vai, se precisar de uma viatura, eles não vão". Apesar da semelhança, a fala é de Elias.

A ligação havia me deixado confusa. Até aquele momento, a imagem de cigano havia ficado adormecida em minha memória, em meio a histórias que ouvia quando era criança e que me impressionavam. Diziam que eu devia tomar cuidado com os ciganos, que eles roubavam criancinhas pra fazer sabão. Vez ou outra aparecia uma cigana na cidade onde eu morava, Itumbiara, no interior de Goiás, e me enchia de medo pensar naquele universo místico, que poderiam prever meu futuro nas cartas ou até nas linhas de minha mão. Às vezes, confesso, o medo se disfarçava de curiosidade e meu impulso, se não me controlasse, era de ir até ela, de pedir que me adiantasse logo o que estava por vir e me poupasse de algumas rugas na testa.

À medida que a infância foi se tornando passado, a ideia de povo cigano passou a ser associada à dança. Para ir a festas à fantasia, era sempre uma opção me vestir com aquelas saias cheias de babado, coloridas, com lenço amarrado no cabelo e um corset. Afinal, quem não queria ser Sandra Rosa Madalena por um dia ou uma noite? E se a imagem da mulher cigana passou a ser aquela presente dos versos de Sidney Magal, a visão do homem cigano se tornou o aventureiro desprendido cantado por Geraldo Espíndola. Mas Wanderley não parecia ser nada disso. Não parecia ser o ladrão de crianças que atordoava meu imaginário infantil e nem o viajante sem rumo que com sua vida cigana se afastou do próprio amor. Parecia apenas um homem assustado com a violência à qual era exposto o seu grupo. O que significa, então, ser cigano?

Ser cigano

Para a doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo Florencia Ferrari, "cigano é aquele que vive como cigano no seio de uma família cigana. Fazer parte de uma rede de parentes é fundamental para a construção do ser cigano. Não há algo concreto que possa definir um cigano, nem o sangue nem um hábito específico. O que pode definir um cigano é que ele tem valores que os gajes não têm (mas esses valores podem mudar ao longo do tempo), e ele se sente cigano em oposição aos gajes. Os ciganos podem viver em casa, comer comida brasileira, falar português, ouvir música sertaneja, ir à escola, até mesmo se empregar, mas o fazem a seu modo, "do jeito cigano", dentro da sociedade brasileira, diferenciando-se dela."

Gaje é o não-cigano. Dentro do Brasil, a palavra assume diferentes grafias, como gajon e gajin, garron e garrin, gadje e gaze. O sufixo "on" é masculino e "in", feminino. No acampamento de Wanderley, preferem chamar de gajon e gajin.

Todas as pessoas dos acampamentos de Elias e de Wanderley pertencem à etnia calon, o que vai além da simples alcunha de "cigano". O pesquisador Aluízio de Azevedo, doutorando em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz e que também é cigano, defende que "cigano é um termo genérico, assim como índio ou negro. São várias etnias que você coloca dentro de uma palavra."

Quando se trata da origem dos povos ciganos, a teoria mais aceita é de que eles tenham se originado na Índia, berço comum das etnias, e, de lá, se dispersado para outras regiões há cerca de mil anos, dando início à trajetória que até hoje não teve fim. No início do século XVI, teriam chegado ao Brasil degredados de Portugal. Desembarcaram primeiramente na capitania do Maranhão, mas, em pouco tempo espalharam-se também para Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao contrário do que se pensa, o nomadismo não é uma escolha dos ciganos. Desde o princípio, na Índia, uma das possibilidades que os levou a deixar a terra natal foi a guerra contra os turcos. Na Europa, aonde chegaram entre o século XIV e XV, há registros já depreciativos que levam historiadores a crer que se tratava de povos ciganos.

"Quando chegamos à Europa, espalharam-se vários pressupostos a nosso respeito, entre os quais alguns por demais esquisitos (...). A Igreja Católica, historicamente documentada, foi a primeira a gerar estereótipos a respeito de nossa gente", escreveu o presidente da Embaixada Cigana do Brasil, Nicolas Ramanush, no ensaio *Cultura Cigana, nossa História por nós*.

É o que explica, também, a historiadora e integrante da equipe da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt) da Seppir, Lylia Galetti. Ela relaciona o nomadismo com o cabelo afro, ou seja, aquilo que foi alvo de preconceito contra uma pessoa, ela passa não a negá-lo, mas a assumi-lo. No caso da luta contra o racismo, segundo Galetti, o que se prega é a "morte à chapinha".

"Essa questão do nomadismo tem mais a ver com a perseguição, que passa a ser incorporada, porque toda identidade é assim. Uma identidade estigmatizada que te dão, pra você sobreviver, você tem que pegar ela e transformar. A questão da vida nômade é produto da discriminação e de uma perseguição voraz em relação a eles".

Reportagem

Para chegar ao acampamento de Wanderley no bairro Arapoanga, em Planaltina, eu e a fotógrafa, Beatriz Ferraz, precisamos pegar alguns ônibus. Acho que ela não sabia muito bem no que estava se metendo quando aceitou o convite para produzirmos a matéria. Depois de ter recebido um "não" um tanto quanto enfático da editora do jornal para o qual Wanderley havia ligado dias antes, não me dei por vencida. Propus a história para o Campus, jornal laboratório da universidade, e Bia topou de imediato me acompanhar.

Mas se ora o entusiasmo é um brilho nos olhos daqueles que ainda estão engatinhando na profissão, ora ele é cegueira. A prontidão com que nos dispusemos a nos aventurar por uma região administrativa nunca antes visitada por nós, duas recém-chegadas a Brasília, acabou no instante em que constatamos que não havia linhas de ônibus para o nosso destino final. Após descemos no terminal rodoviário de Planaltina, que ficava ainda distante do acampamento, não tivemos outra escolha senão aceitar a carona que Wanderley havia oferecido anteriormente.

No carro, embora tentássemos vez ou outra espiar de canto de olho a fisionomia de Wanderley, havia tanta gente que não conseguíamos distinguir a feição de cada um. Talvez cinco meninos pequenos e mais um jovenzinho, de treze, catorze anos. Talvez seis. O fato é que estávamos curiosas com a realidade alheia e não víamos a hora de descer do carro pra poder observar melhor.

Quanto mais nos aproximávamos do acampamento, mais nos distanciávamos da Brasília como a conhecemos. Passamos por ruas estreitas, casas inacabadas, terrenos vazios, muros sem pintar até estacionarmos em frente a algumas barracas de lona espremidas entre duas casas cimentadas.

Um grupo de cachorros veio checar se éramos pessoas de bem e, constatada a procedência, nos deram as boas-vindas com o

Apesar de fazer parte da tradição e da cultura dos ciganos, a vida em barracas põe em risco principalmente as crianças do acampamento.

balançar desenfreado dos rabinhos. Um mais atrasado despontou atrás. Vinha saltitando, nem havia farejado nossas roupas, mas devia confiar na avaliação dos companheiros.

Um corte perpassava seu rosto canino. Senti um misto de pena e repulsa ao mesmo tempo. Do embaraço de sentimentos, acabei abaixando as mãos. Bia não se intimidou. Pôs-se a acarinhar o pescoço e a perguntar em que encrenca ele havia se metido. Um cachorrinho machucado é ainda mais digo de amor, dizia ela.

De amor, sim. Mas dó, de jeito nenhum. Cães vizinhos cometeram a afronta de cruzar a rua e o acidentado foi o primeiro a sair correndo atrás deles. Os menores o acompanhavam, valendo-se da valentia alheia e latindo em seguida. Acho que nem tinham visto o motivo da braveza, apenas obedeceram.

A mesa da cozinha era tomada por louças limpas e empilhadas cuidadosamente. O pouso de uma mosca enxerida poderia fazer com que tudo caísse ao chão de terra. Dividindo a barraca com a mesarmário, havia um sofá, coberto por uma colcha cor de rosa estampada com margaridas brancas, talvez para combinar com o vaso de gérberas vermelhas ao lado da televisão.

"Sentem, podem ficar à vontade".

A voz de Wanderley era um afago. O sotaque me remetia ao passado, às minhas origens em Goiás. Ele tinha uma forma doce de falar, parecia sempre muito calmo, mesmo se estivesse ralhando com alguém. O sorriso deixava transparecer os dentes de ouro, tradição que carrega junto com as malas. O bigode grande era cor de mel, mesma cor dos olhos. Usava chapéu.

"Daiane, passa um café aqui pra nós". Dirigiu à filha.

Uma moça jovem, morena, de olhos firmes, sentenciadores e castanhos, surgiu de outra barraca pedindo desculpas pela desor-

dem. Eu e Bia nos entreolhamos. Morávamos juntas em uma república. Mal sabe Daiane que invejávamos o apreço com que ela cuidava das coisas. Se nossa casa tivesse vida própria, ela se coraria diante daquela barraca, onde todos os objetos estavam em seus devidos lugares. Enquanto o café era coado, pedi que Wanderley contasse um pouco da história do grupo, me esquecendo, em partes, do tiroteio que havia motivado a ligação.

Em 2013, Wanderley tinha 47 anos. Se perguntar quantas filhas ele tem, a resposta é na ponta da língua: seis moças bonitas. Netos são 16. Morando no mesmo terreno em Arapoanga, eram 50 pessoas. Nasceu em Maceió e perdeu as contas de em quantos lugares já morou. Prefere pensar em número de estados. Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás e Distrito Federal. Trabalha com comércio, comprando e revendendo produtos informalmente. Pertence à etnia calon.

"Cigano original calon. Nós somos ciganos calons porque somos ciganos cavaleiros, cigano que andava de tropa, de primeiro", Wanderley se orgulhava.

"O café. Se precisar de mais açúcar, tem aqui". Daiane sentenciou, entregando um copo pra mim e outro pra Bia. Com os olhos, perguntei se ela ia mesmo beber, porque, ao contrário de mim, minha roommate nunca foi fã de cafeína.

"Que café gostoso!"

Daiane havia conseguido o que eu, em quase um ano, não havia nem chegado perto: agradar o paladar de Bia para o café. Tudo bem, não a culpo. Herdei a falta de habilidade do meu pai para o preparo da bebida. Aquele café estava digno da aprovação tão rigorosa de Beatriz Ferraz. Nem doce, nem amargo, nem ralo, no ponto. Tudo em nossa volta conspirava para que nos sentíssemos muito à vontade, não fosse a complexidade do tema com o qual lidávamos.

"A gente quer sair da invisibilidade governamental e da sociedade como um todo".

Wanderley falou sobre os sonhos que tem para o próprio povo. Quer, por exemplo, que os jovens tenham oportunidade de conclusão de estudo e que se amplie o acesso à saúde pública. Acredita ele que, por meio do estudo, a qualidade de vida da população cigana tende a melhorar.

Educação

Mas, se por um lado, a educação tem o papel de promover a inserção do indivíduo na sociedade, fornecendo-lhe ferramentas para que ele construa seu caminho por meio de um conhecimento sistematizado, o acesso a essa educação não se dá de maneira sempre democrática. Sabe-se que algumas camadas da sociedade enfrentam sólidos obstáculos e, muitas vezes, esse bem dito de todos torna-se inacessível.

Com os ciganos esses obstáculos se avolumam, em decorrência de uma longa trajetória de preconceito e discriminação que perpassa a história, fato constatável até em veículos destinados a sedimentar a própria educação. Muitos dos nossos dicionários da língua portuguesa, ao darem as definições do termo cigano, incluem no verbete os adjetivos ladino, trapaceiro, velhaco, astuto, entre outros. Alguns trazem até o verbete ciganice, em que substantivo abstrato é acompanhado de definições pejorativas, como "trapaça em compras ou vendas; traficância".

Veja-se, por exemplo, o dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que dá como definição popular para a palavra "cigano" "homem de vida incerta". FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8ª edição. Curitiba: Positivo, 2010.

Segundo o pesquisador Aluízio de Azevedo, "a grande maioria das escolas reproduz os estereótipos vigentes na sociedade, sempre colocando o cigano à margem, como o outro, o diferente". Ele conta que quando o tio era criança e estava na escola, foi chamado de ladrãozinho pelos colegas e a professora, ao invés de intervir e apartar a confusão, reproduziu o xingamento. Astuto, o tio de Azevedo propôs a ela que se fosse tão inteligente mesmo, traduzisse uma palavra que ele escrevera no quadro. Era "lubiim", que apesar de ter a sonoridade de uma flor, era uma indelicadeza que só. Significava, em chibi, idioma criado pelos

ciganos, prostituta.

Para o contentamento da professora, a ignorância a preservou de uma afronta em público, ao contrário do que fez com o tio de Aluízio. Ficou apenas com a derrota de não saber o significado de uma palavra estranha. Porém, não é somente dentro da sala de aula que os ciganos se deparam com entraves. Para chegar até ela, por vezes o percurso se faz íngreme e tortuoso.

Esmeralda é uma das meninas do acampamento de Elias da Costa. Quando mais nova, ficava à espreita da aposentadoria de algum papel ou lápis velho, queria todos para si. Depois, os reunia em cima da mesa, convocava as outras crianças e fazia de conta que estavam em uma escola. Ensinava coisas que nem ela sabia: era analfabeta. Mas não se intimidava. Repetia os gestos que imaginava ter uma professora, colocava o cabelo atrás das orelhas e se agravava com alguma gracinha.

Esmeralda irradiava desejo de aprender. Tanto que inspirou a proposta de criação de um estatuto de defesa do povo cigano, que ainda está sendo elaborado pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Segundo Kokay, o objetivo do estatuto, que receberia o nome de Esmeralda, é "assegurar o conjunto de políticas públicas, ao mesmo tempo assegurar a forma de geração de emprego e renda, preservação cultural e o combate a toda forma de discriminação".

A pequena xará da famosa personagem criada por Vitor Hugo em *O corcunda de Notre-Dame*, também cigana como ela, aprendeu a ler e a escrever na mesma época que seus pais. Em julho de 2013, a então Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (Sepir) do Distrito Federal, em parceria com a Administração de Sobradinho, e com as Secretarias de Educação e de Cultura, lançou o projeto Tenda Escola no acampamento de Leila.

O propósito do programa era alfabetizar jovens, adultos e idosos; as crianças de até dez anos foram matriculadas na escola pública. Durante três vezes na semana, os alunos receberam aulas de português, matemática, história e ciência, que seguiam o modelo de outras ações, como DF Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Se o ônibus passasse às sete da manhã para levar os pequenos à escola, às cinco da matina Esmeralda já estava de pé. A disposição era tamanha que chegava a incomodar os que queriam gozar de mais cinco minutinhos de preguiça. Ela passava pra lá e pra cá recolhendo os lápis e os papéis, mas, dessa vez, não precisava fantasiar. O êxtase é justo, afinal, as vezes na vida em que a realidade se torna melhor do que o sonho são tão raras quanto esmeraldas.

Em 2015, com a mudança de gestão no governo do Distrito Federal, a secretaria que antes era responsável por promover ações afirmativas em prol da igualdade racial se uniu a outras três secretarias e a duas subsecretarias. Da primeira categoria, juntaram-se as Secretarias da Mulher, da Igualdade Racial e do Idoso; já do segundo grupo foram incorporadas as Subsecretarias de Direitos Humanos e de Pessoas com Deficiência.

Assim, Sepir passou a ser Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. A transformação de cinco pastas em uma não é por menos. O novo governador, Rodrigo Rollemberg, assumira o Distrito Federal em meio ao caos nas contas públicas. Segundo ele, havia apenas R$ 64 mil no caixa distrital e a dívida deixada pelo mandato anterior ultrapassava os R$ 3 bilhões.

A redução orçamentária não fez com que o Coordenador das Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Semidh, Victor Nunes, anulasse as metas da secretaria para a população cigana que vive no Distrito Federal. Dois dos objetivos relacionados à Tenda Escola são revitalizar a área onde as aulas são ministradas, colocando piso, e reavaliar o método de ensino.

Como explica Nunes, os ciganos do acampamento de Leila e Elias receberam o

certificado de que estavam alfabetizados, mas, quando faziam provas, não passavam. Por isso, o coordenador sugeriu à Regional de Ensino de Sobradinho e à Secretaria de Educação que revisassem a metodologia de três aulas por semana, uma concepção herdada pelo programa de nível nacional, o Brasil Alfabetizado.

Contudo, as ações que a Semidh almeja realizar para o fomento à educação entre os ciganos do DF não se restringem à Tenda Escola. Nunes quer, por exemplo, que haja ações dentro da Secretaria de Educação envolvendo gestores, profissionais, professores e técnicos para que se ressignifique dentro do ambiente escolar o conceito de povos ciganos.

"A minha linha de atuação é trabalhar as escolas para que entendam e respeitem a liberdade e a diversidade cultural e respeitem os ciganos, os acolhendo".

Nunes acredita que a melhor forma de se conscientizar a sociedade para tal fim é inserir o debate dentro da sala de aula. Por exemplo, no dia 24 de maio se comemora o Dia Nacional dos Ciganos. A data, que já era dedicada à Santa Sara Kali, padroeira dos ciganos, foi instituída pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assinou o decreto em 2006, e é considerada um marco do reconhecimento da existência e da importância destes povos no Brasil.

O 24 de maio seria, portanto, uma oportunidade para que as instituições de ensino abordassem o tema, discutindo com os alunos a história dos ciganos. Quem são, de onde vêm, por que migram, ou seja, debater a história para que se desmistifiquem algumas ideias que percorrem o imaginário popular e que acabam por prejudicar o acesso às políticas públicas como cidadãos brasileiros. A iniciativa começaria em Sobradinho, onde está o acampamento de Elias. Depois, seria expandida para outras regiões administrativas do Distrito Federal.

Os projetos já em desenvolvimento e as propostas para aprimorá-los foram interrompidos pela operação policial no acampamento. Não conseguiram, os fardados, minar na mocinha de 12 anos o amor que tem pelos livros, mas impuseram um desvio ao caminho que ela traçava. Ela parou de ir à escola para acompanhar os pais, que

Yasmin e Vitória, filhas de Daiane, sonham em estudar sem ter que abrir mão da identidade cigana.

deixaram o acampamento de Planaltina e, por conseguinte, também abandonaram a Tenda Escola.

"A gente estava estudando e agora ficou todo mundo sem estudar. A gente não tinha a chance de chegar numa escola e estudar, porque a gente era muito discriminado. Todo mundo ficava te olhando, você não achava apoio lá dentro. Não é porque a gente não procurava".

"Sempre a gente teve vontade de ter nossa vida liberta, igual todo mundo". Leila completou a fala do marido.

O Coordenador das Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Semidh lamenta que a atuação de um aparelho do Estado tenha prejudicado o desenvolver de uma ação por parte de outro órgão público. Para Victor, os planos a médio e longo prazo da secretaria se preservam, mas o desencontro de ideais causa um atraso nos projetos que seriam postos em prática em 2015.

"O Estado começa, através de uma secretaria que busca implementar direitos básicos, como saneamento, acesso à educação, à saúde, ao trabalho e aí vem outra com uma pegada repressiva e, enfim, com um olhar de higienização. E a verdade é essa, por mais que a Polícia Militar possa até ficar chateada, mas a perspectiva que nós temos da apreensão que a polícia fez lá foi de higienização mesmo, foi um "sai daqui" e momentaneamente conseguiram", afirma Victor.

Saúde

A Carta Magna de 1988 estabelece, no artigo 196, que a "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Não obstante a proposição de um Sistema Único de Saúde (SUS), cujos princípios envolvem a universalidade, a equidade e a integralidade, na prática o acesso aos serviços de saúde pública no Brasil ainda é limitado. Uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM) em 2014 revelou que 70%

das pessoas que buscaram atendimento pelo SUS ficaram insatisfeitas e lhe atribuíram avaliações de péssimo a regular.

Para a construção do levantamento, o instituto ouviu 2,4 mil homens e mulheres com idade superior a 16 anos. A maioria dos problemas, segundo os insatisfeitos com o SUS, está relacionada ao atendimento nas urgências, emergências e nos prontos-socorros. Em seguida, está a demora para se conseguir atendimento ou agendar uma consulta, exame, internação ou cirurgia.

Além de tais dificuldades que a população geralmente enfrenta com o SUS, existem peculiaridades na cultura cigana que estabelecem ainda mais obstáculos ao acesso à saúde. Uma delas é sofrida unicamente pelas mulheres, que, por questões culturais, não podem ser atendidas por profissionais do sexo masculino.

No Distrito Federal, um projeto itinerante da Secretaria de Saúde levava atendimento médico a moradoras de regiões administrativas. Era a Carreta da Mulher, por meio da qual era possível fazer uma série de exames, como mamografia e ecografia. Em uma das visitas do projeto ao acampamento de Elias, nenhuma mulher pôde receber orientação médica porque ele, líder do grupo, não estava presente.

"Há um impasse, porque uma coisa é você assegurar que em consultas regulares você tenha um atendimento de mulheres para mulheres, mulher cigana para mulher médica. Mas isso não é possível de ser feito em uma emergência", pondera Lylia Galetti, porta-voz da Seppir.

Se em alguns casos o atendimento à mulher não pode ser feito devido à ausência do marido, em outros é sua presença constante que dificulta o trabalho do profissional de saúde. Há alguns anos, a avó de Aluízio, dona Alda, precisou ser internada em um hospital público na cidade de Rondonópolis, em Mato Grosso. Diariamente, 30 pessoas queriam visitá-la. Sete eram as filhas. O restante se revezava, de modo que o maior número de familiares pudesse fazer companhia à dona Alda no hospital.

O avô de Aluízio, Ranulfo, não se conformava com as duas horas por dia que tinha para fazer a visita. Não queria se afastar da esposa, com quem viveu durante 50 anos, e acabava entrando no quarto de hospital e saindo a hora que bem entendesse. Uma das enfermeiras se azangou com o entra e sai e agrediu o avô. Sobrou para uma das tias de Aluízio apartar, mas também foi agredida.

"Tudo isso aconteceu porque houve uma profissional que não soube lidar com a diversidade cigana e com a diversidade do idoso, porque eram dois idosos. Na cultura cigana, quando uma pessoa fica doente, a família inteira vai querer acompanhar no hospital", explica Aluízio.

O neto de dona Alda estuda agora, em seu doutorado, as políticas públicas de saúde para ciganos sob a ótica da Comunicação. Segundo ele, esses povos requerem uma política específica nessa área, pois têm necessidades diferenciadas. Em comparação com os indígenas, por exemplo, que também carecem de um atendimento especial em vista da peculiaridade de vários aspectos culturais, estes estão em outro estágio em relação aos ciganos.

Em 2002, a Portaria do Ministério da Saúde nº 254 aprovou uma Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, cuja efetivação, de acordo com o próprio ministério, depende da criação de "uma rede de serviço nas terras indígenas, de forma a superar as deficiências de cobertura, acesso e aceitabilidade do Sistema Único de Saúde para essa população". E para que isso aconteça, "é necessário que a atenção à saúde se dê de forma diferenciada, levando-se em consideração as especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais desses povos".

Uma das singularidades presentes na cultura cigana e que deve ser levada em conta na elaboração de políticas públicas é um ponto em comum com os indígenas, como explica Azevedo. Trata-se da medicina tradicional, que utiliza produtos naturais, como ervas, raízes e garrafadas no tratamento de enfermidades.

Este cidadão é um cigano. Este cigano é um cidadão.

Daiane e Wanderley da Rocha.

Recentemente houve dois aprimoramentos na relação entre serviço público de saúde e povos ciganos. Elaborado em 2011, o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012 - 2015, que propõe ações estratégicas para o aperfeiçoamento do setor durante o período, inclui os povos ciganos como público prioritário. Dentre tais propostas, segundo o documento, se destaca a realização de "seis encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015".

O outro progresso data do mesmo ano do PNS. A Portaria 940 do Ministério da Saúde, que regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde, passa a dispensar os ciganos nômades e os moradores de rua da necessidade de apresentação de endereço fixo durante o Cadastro Nacional de Usuários do SUS.

A reportagem

Wanderley respirava as ideias com a expressão "com todo respeito". Repetia as palavras sempre que houvesse o encaixe, como se precisasse amansar uma fera pela voz. De vez em quando, emitia um "nada mais do que Deus", mas isso dizia muito mais para si do que para quem estava a ouvir.

Cogitei avisar a ele que poderia ficar à vontade, que estava ali para ouvi-lo, mas achei por bem não interromper. Estava impressionada com a lucidez do discurso ao qual era exposta. O cigano sabia muito bem os direitos que lhes eram negados, citava a Constituição Federal com a mestria de um advogado e palpitava soluções que poucos teóricos teriam pensado.

Percebi que não era a única envolvida nas palavras de Wanderley. Bia não tinha tirado nenhuma foto até então. Ficava ali, com os olhos fixos nele, toda a atenção voltada ao homem que não sabia das letras, mas sabia da vida. Estava tão fisgada que balançava a cabeça em apoio uma boa parte do tempo.

"Nós somos semianalfabéticos, mas não somos mudos", definiu Wanderley.

Falou sem saber o que se passava em minha mente àquela altura e eu me envergonhei de ter esperado qualquer outro tipo de comportamento dele. Pois se não é mudo, por que me assustar com sua fala? Talvez o problema não tenha sido o de mudez dos ciganos, mas o não querer ver ou ouvir da própria sociedade, que vem negando-lhes, historicamente, o poder da fala.

Na medida em que falava sobre situações as mais variadas, mais eu me certificava de que a cegueira da sociedade é tão relativa quanto a invisibilidade dos ciganos. Estes são invisíveis a ela enquanto lhe é conveniente esconder suas existências, privando-os de benefícios aos quais o restante da população tem ou deveria ter acesso. Mas se tornam brutalmente visíveis quando se fazem presentes onde a sociedade não quis.

Ele citava, por exemplo, o estranhamento dos moradores de alguma cidadezinha com a chegada dos ciganos. De fato, o desembarcar do grupo de Wanderley não poderia passar despercebido. As roupas carregam vivacidade em nuances de vermelho, amarelo, azul, laranja. De preto não gostam, é luto. Uma peça ou outra até que vai, mas preto da cabeça aos pés... aí não.

Os homens frisam, bem como fez Wanderley. Calon é cigano cavaleiro, que andava de tropa, de primeiro. Por isso o chapéu, a bota e o cinto de fivela. E que ouro não reluz? Isso sem falar da cantoria. Gostam de música, estão o tempo todo cantando, tocando violão. Daiane diz que é um dom, que até os menininhos já sabem o tal dó, ré, mi. O pai tem CD, feito junto com o irmão: Cigano e Ciganito.

Tudo isso justifica os olhares curiosos lançados sobre os ciganos. Penso que se não tolhêssemos, o tempo todo, a criança crescida que somos, adicionaríamos à curiosidade uma pitadinha bem grande de deslumbre e encantamento sobre esses povos. Mas a adultescência consiste em repreender o eu

infantil que se habita em nossa pele. Emburrado, se encolhe no canto de braços cruzados e se vinga transformando a admiração sobre o desconhecido em medo.

De repente, começavam a sumir vários objetos nas casas dos vizinhos de Wanderley. Desaparecia um vestido, uma joia, a bola de futebol, a faca da cozinha. Até o cachorro do seu José deu de sumir também. Logo ele, que já estava tão velhinho. Não restavam dúvidas. Foram os ciganos que tinham acabado de chegar.

"Quantas vezes nós já pagamos por não fazer, só por ser cigano. A polícia chegava, não encontrava nada, mesmo assim pegava todo mundo, batia na pessoa na frente dos filhos, da mulher, da família toda. Até prendia".

Wanderley assume que não se pode dizer que os todos os ciganos são honestos. O que ele defende é que, assim como seria arbitrário fazer tal generalização, acusar o todo pela parte, ou seja, julgar todos os pertencentes da etnia pelos deslizes de indivíduos é uma injustiça. Este último tipo de comportamento, no entanto, é muito mais recorrente do que o primeiro.

"Eu faço uma proposta pra vocês. Aqui em Brasília tem três grandes presídios: Papuda, Núcleo de Custódia e Cascavel. Como moças estudiosas, façam uma pesquisa um dia. Vejam quantos presos tem lá dentro e quantos deles são ciganos. Tudo bem que cigano é pecador, estamos sujeitos a erros. Mas em vista da visibilidade das autoridades e da sociedade contra os ciganos, se você for observar, você liga naquele Cidade Alerta e vários outros jornais, observa se são os ciganos que estão cometendo os crimes".

O incômodo dos vizinhos com a presença do grupo de Wanderley é um contraponto à indiferença de autoridades quando há alguma reivindicação dos próprios ciganos. Em Paratinga, cidade do oeste baiano com aproximadamente 32 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vive um grupo de ciganos também da etnia calon.

O site da prefeitura municipal tenta engrandecer a cidade, diz que "era a maior de sua microrregião. Suas terras se estendiam por onde hoje é Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Macaúbas, dentre outras dezesseis cidades", mas Wanderley murcha-lhe o entusiasmo.

"Você conhece Planaltina de Goiás? Vamos dizer que Planaltina é três vezes maior do que a outra".

E ele está quase certo. De acordo com o IBGE, a cidade do entorno do Distrito Federal possui 81,6 mil habitantes, sendo 2,5 vezes maior do que o município baiano.

Os ciganos estão em Paratinga há 40 anos. Na última eleição, em 2012, votaram no prefeito que atualmente administra a cidade, Eliezer Pereira Dourado Filho, popularmente conhecido como Zequinha, do Partido Progressista. Apesar da longa data e de serem eleitores do prefeito, no bairro onde moram não há água encanada.

Poucos minutos depois de contar a história do acampamento na Bahia, Wanderley foi interrompido pelo celular. Aproveitei para salvar o arquivo da gravação, não poderia correr o risco de a bateria acabar e eu perder toda a conversa. O áudio já ultrapassava os quarenta minutos e, por um breve momento, tive pena de mim. O trabalho para transformar aquela conversa em texto levaria dias e mais dias.

Olhei pra Bia como se procurasse nela a salvação para o meu futuro martírio. Acho até que cheguei a balbuciar que eu havia cavado minha própria cova quando decidi não tomar nota por crer que a caneta e o papel inibem a expressão alheia. Afinal de contas, quem é que fala abertamente sobre a própria vida quando o ouvinte anota tintim por tintim? Mas Bia tinha suas próprias preocupações. Queria outro café, mas estava sem jeito de pedir.

"Chama a Daiane pra morar junto com você, chama", sugeri à Bia.

Eu já estava enciumada. Um café tudo bem, mas dois? O que meu café tinha de

tão errado pra que ela nunca o aceitasse, quando eu oferecia? Espichei o pescoço pra ver se Daiane havia esquecido o pó do café ali perto. Talvez o segredo fosse esse, uma marca que eu ainda não havia utilizado em casa. Antes que eu encontrasse a prova de que era apenas uma questão de pós diferentes, fui surpreendida pelo Wanderley, que apontava com veemência para o próprio celular no ouvido.

"Espere aí que eu vou colocar no viva voz".

"Primo, conversa com o governo, primo. Pede pra ele enviar um ofício aqui pra prefeitura, pra que o prefeito possa nos dar oportunidade de falar com ele, primo", pediu o interlocutor.

"Exatamente, meu primo. O senhor vai ver, se Deus quiser, o senhor vai receber esse documento aí. Nada mais do que Deus", respondeu Wanderley.

"Tá certo, meu primo, Deus te abençoe", concluiu a voz do outro lado da linha.

Mal pude acreditar na coincidência que acontecera. O líder do acampamento de Paratinga, de quem Wanderley havia falado durante a entrevista, telefonou pedindo ajuda. Ele queria que o governo federal enviasse um documento para a prefeitura local, pedindo para que Eliezer atendesse a população cigana da cidade sobre a questão da falta de água.

"É o que eu estava te falando, Laura. É muito mais fácil se falar com um prefeito do que com a presidenta. De nível de autoridade, é mais fácil. Agora, qual a oportunidade que um grupo cigano vai ter de inclusão social, de políticas públicas e de ação direta do governo a favor deles, se eles não têm a oportunidade nem de falar com o prefeito? Direito de voz, eles não têm".

Parecia haver mais coisas em comum entre o telefonema feito por Wanderley à redação e a ligação que recebera do primo em Paratinga do que simples fato de serem dois ciganos procurando ajuda. Por mais que alguns aspectos os diferenciassem (enquanto Wanderley buscava mais segurança, o primo reivindicava água), a origem parecia ser a mesma: a discriminação.

Discriminação

Dentro da Sociologia, o conceito de discriminação se refere ao tratamento desigual, resultando na violação de direitos, a uma pessoa com base na raça, sexo, idade, estado civil, cultura, religião, entre outros. Ou seja, o pertencimento de um indivíduo a um determinado grupo é um dos critérios utilizados para privá-lo do acesso aos serviços do Estado.

"Os ciganos só não são invisibilizados porque eles são visíveis no que diz respeito às reações de discriminação. Mas eles são invisibilizados enquanto povo, enquanto etnia. Eles são negados enquanto seres humanos. A legislação não os protege". É o que acredita a deputada Erika Kokay (PT-DF).

A historiadora e representante da Seppir Lylia Galetti foi responsável, em 2015, por fazer um levantamento acerca dos pleitos da população cigana junto ao governo federal. Após ouvir representantes dos povos ciganos, Galetti chegou à conclusão de que "a maior parte das propostas é sobre direitos humanos e combate ao racismo. Nós estamos falando de uma minoria étnica extremamente discriminada, que sofre violações dos seus direitos humanos todo dia, é muito violenta a situação, e que carrega esse histórico milenar de perseguição."

O primeiro grande passo para que os ciganos saíssem do anonimato estatal foi a criação de um Dia Nacional do Cigano pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005. Galetti se lembra de outro marco inicial, em 2000, que foi a 5ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, onde são expostas, pelos representantes Cláudio Iavanovitchi, da Associação Paranaense de Cultura Cigana, e Adriana Maria Godoy, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, seis propostas para os povos ciganos.

Em 2007, foi publicado o Decreto nº 6.040, que institui a Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, categoria que inclui as populações ciganas. Por povos de comunidades tradicionais, entende-se, conforme a publicação: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Em 2013, a Seppir, em conjunto com o Ministério da Cultura, a Secretaria de Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e Saúde, o Governo do Distrito Federal por meio da Sepir (que agora é a Semidh) e da Secretaria de Cultura, promoveu o Brasil Cigano. O evento foi em razão do Dia Nacional do Cigano e serviu como palco de discussões sobre a demanda de políticas públicas. Na ocasião, estiveram presentes cerca de 300 ciganos.

"Melhorou? Melhorou. Melhorou o suficiente? Está longe de ser o suficiente. O Estado é muito lento em uma série de ações que poderiam ter maior celeridade, com certeza", interpreta Lylia Galetti.

Uma das razões para que Galetti avalie que as conquistas para os ciganos ainda não são suficientes é o racismo institucional. O conceito de racismo institucional, de acordo com Arivaldo S. de Souza na revista da Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN), diz respeito às "políticas institucionais que, mesmo sem o suporte da teoria racista de intenção, produzem consequências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais".

"Existe uma dificuldade do próprio poder público olhar pra essas populações sem preconceito. Não é um preconceito meu nem seu, é muito generalizado, não é algo que você acaba de uma hora pra outra, tem um tempo pra isso, e é um tempo muitas vezes longo", explica Galetti.

A porta-voz da Seppir não está sozinha ao apontar a existência do racismo dentro das próprias instituições brasileiras. Um informe da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em setembro de 2014, partilha do mesmo pensamento. Para a entidade, o racismo no Brasil é estrutural, institucionalizado e um dos fatores para que isso se perpetue é o mito da democracia racial, defendido por acadêmicos e políticos.

Talvez seja por isso que, embora reivindiquem acesso à saúde e à educação, por exemplo, Wanderley insiste em dizer que o que os ciganos mais querem é "sair da invisibilidade governamental e da sociedade como um todo".

"O nosso objetivo é mostrar que nós existimos e que nós precisamos de apoio do governo, da sociedade, no sentido de igualdade racial. Nós não queremos que eles nos deem nada. Queremos que eles nos vejam como seres humanos, com mesmo sangue, com mesmo espírito, sujeitos de direitos e deveres", proclama Wanderley.

Ao mesmo tempo em que há complexidade de compreensão e aceitação da minoria étnica como sujeitos de direitos pelos órgãos públicos, existe, em contrapartida, uma complicação de diálogo por parte dos ciganos. Em primeiro lugar, eles não têm ainda uma liderança nacional que os represente. Existem algumas tentativas de se nomear representantes, mas há um embate interno, muitas vezes inter-étnico, com os calon, os rom e os sinti, sobre quem poderia ser porta-voz da população cigana.

Além disso, falta ainda um mapeamento oficial da distribuição de acampamentos ciganos em território nacional. Wanderley, no entanto, questiona o argumento de que buscar tal panorama é demasiadamente árduo. Para ele, isso ocorre quando a pessoa ou instituição à frente do trabalho não conhece, de fato, a realidade dos ciganos.

"Por exemplo, só uma comparação. Na sua área de trabalho, você tem toda uma compreensão de como funciona. Se você me colocar, eu, Wanderley, lá nessa área, eu vou ter grandes dificuldades, se não for puxando a orelha eu não vou conseguir fazer nada. Então, eu, cigano da etnia calon, te

Sara Rocha, irmã de Daiane.

colocaria hoje aqui vários grupos ciganos, até mesmo com telefone. E através desses eu consigo os outros. Pra nós não tem dificuldade", explica Wanderley.

Um terceiro complicador, segundo Aluízio de Azevedo, seria uma aversão dos próprios ciganos ao Estado. O que ele questiona, porém, é se tal sentimento não seria uma reação à perseguição que sofreram durante séculos.

"Desde que chegaram ao Brasil, os ciganos foram perseguidos pelos europeus e portugueses. Perseguições policiais em Portugal e no Brasil foram uma constante muito forte até a década de 1970 no Brasil. O Estado brasileiro tratou mal ciganos, indígenas e negros. E não só tratou mal, como perseguiu, expulsou, matou, privou de direitos básicos, como saúde e educação. Só nos últimos anos é que as coisas começaram a melhorar", avalia Azevedo.

A reportagem

A conversa já ultrapassava os cem minutos de duração. A esse momento, nem me importava tanto com o tamanho do arquivo de áudio a ser transcrito posteriormente. O agravo da vez era o adianto das horas: tinha que entrar no jornal no início da tarde. Não fosse o atraso na ida ao acampamento, poderíamos prolongar ainda mais o diálogo. Sentíamos que ainda havia muita coisa a ser dita.

Enquanto elaborava uma forma sutil de anunciar a saída, uma mosca robusta, certa da própria exuberância, avistou em meus lábios um bom lugar para pouso. Chegou como se não quisesse nada, ficou rodeando por um tempo, talvez para encontrar um ângulo melhor ou apenas para que prestássemos atenção nela por mais alguns segundos, mas a criaturinha ensimesmada estava certa de que a minha boca era a pista ideal para descansar as asinhas.

Soprei com força para tirá-la dali. Quando constatou a irreverência da mosca, Wanderley enrubesceu. Com um sorriso amarelo, pediu desculpas. Era como se ele

tivesse se responsabilizado pelo comportamento invasivo do inseto e se justificou. Em época de chuva, o acampamento é tomado pelas moscas.

"Que isso, não foi nada", eu disse.

Aproveitei para avisar que tínhamos de partir. Wanderley se ofereceu para nos levar até o terminal rodoviário mais próximo e, dessa vez, dispensamos as cerimônias. Aceitamos sem nenhum hesitar e talvez até o tenhamos assustado. Quando caminhávamos em direção ao carro, Bia se lembrou: a foto!

A câmera apontada para o líder do acampamento foi um chamariz para as crianças. Primeiro se aproximaram os netos. Depois, as filhas. E os irmãos. E as cunhadas. E os sobrinhos. Era tanta gente que Bia quase teve que entrar na barraca para conseguir o enquadramento, tamanha a distância. A foto saiu no jornal da universidade na terceira semana de novembro.

Descampados

O acampamento em Arapoanga nunca foi, para a família de Wanderley, um local digno da alcunha de lar. Não à toa, quando a violência da região deixou de ser apenas algo assustador e passou a realmente colocar em risco a vida do grupo, Wanderley decidiu agir. Após um tiroteio à luz do dia, o líder percebeu que esperar um posicionamento as autoridades em prol da segurança no bairro não seria mais opção. Era preciso partir e assim o fizeram.

O novo e provisório acampamento não ficava tão longe dali, mas, aparentemente, garantiria noites de sono mais tranquilas a todos. E, assim, como de costume, transportes foram providenciados, barracas foram armadas e famílias foram assentadas carregando tudo o que a vida lhes permitiu acumular.

Mas nem Wanderley, com toda sua experiência, poderia imaginar o que estava para acontecer quando viu uma caminhonete se aproximando ao longe. O carro acelerava como se tivesse pressa e apenas a poucos metros do local exato onde o acampamento estava montado, desacelerou. A surpresa não apenas desceu, mas pulou do carro ainda em movimento, com a pompa selvagem de quem precisa mostrar a superioridade em detalhes. O homem de trinta e poucos anos parecia saber exatamente o que estava fazendo.

Do salto do carro em movimento, seguiu em linha reta ao primeiro cigano que avistou em seu caminho. A uma distância média, Wanderley observava atônito a abordagem selvagem direcionada a seu irmão. O homem rosnava palavras e parecia cuspir enquanto gritava. Wanderley se aproximou com rapidez e percebeu que se tratava do suposto dono daquelas terras. Seus grunhidos revelavam revolta pela invasão, exigências de retirada imediata e inexistente abertura para qualquer compreensão.

Wanderley tentava argumentar e, rapidamente, se transformou no foco de

> *"Qual a oportunidade que um grupo cigano vai ter de inclusão social, de políticas públicas e de ação direta do governo a favor deles, se eles não têm a oportunidade nem de falar com o prefeito? Direito de voz, eles não têm."*

atenções do homem que, não bastasse se conclamar o proprietário do território, fazia questão de ser agressivo. O pai de Daiane conseguiu um breve espaço de oratória em meio à selvageria e falou sobre a situação de todos ali, com destaque para a condição de violência do acampamento anterior. Afirmou claramente que se não tivessem saído de lá correriam risco de vida. A resposta que ouviu, em meio a mulheres e crianças assustadas, superou a humilhação que já regia o momento. De forma muito clara, o dono do território afirmou que, se ficassem por ali, certamente perderiam suas vidas.

O líder do acampamento não poderia esperar para descobrir se o comportamento irracional do homem também se repetiria com a velha máxima do cão que ladra e não morde. No dia seguinte decidiu fazer uma denúncia e registrar boletim de ocorrência contra a ameaça que acabara de receber. O drama, as intimidações e a insegurança se arrastaram por alguns meses, até que, finalmente, Wanderley e seu grupo receberam uma boa notícia: o GDF resolveria o impasse.

O grupo foi direcionado a uma nova área com certa estrutura em Santa Maria. Banheiros químicos, água encanada e uma sensação inicial de paz após os recentes acontecimentos. Ledo engano, o local em pouco tempo se mostrou novamente hostil. Dessa vez, não a recente selvageria por conta do dono do território, mas a velha e conhecida violência, como nos tempos do acampamento do Arapoanga. Nada que não tivessem passado antes, mas, nada também que desejassem passar mais uma vez.

Ficaram por lá durante nove meses. Já na primeira semana, duas pessoas foram assassinadas na cercania, justificando o apelido que os moradores deram à região: Faixa de Gaza. Os ciganos tentaram driblar a insegurança recorrendo diversas vezes à polícia, afinal, eram raras as vezes que podiam contar com água encanada e banheiros químicos no próprio acampamento. Mas nem a presença dos PMs parecia intimidar os criminosos, que diariamente trocavam tiros entre si. Decidiram partir para outro lugar, mas, dessa vez, a escolha não seria a

Uma pesquisa divulgada em 2014 pelo IBGE e referente ao ano de 2013 mostra que mais de 85% das casas brasileiras têm água encanada. Para os ciganos, no entanto, o acesso a esse bem público anda é uma realidade distante.

esmo. A empreitada tinha como destino um território prometido pelo GDF, que negociava a concessão de uma área em Sobradinho com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Arriscaram.

"E se nós mudarmos e eles nos colocarem pra fora de novo?" Daiane perguntou ao pai.

"Se nos colocar pra fora vivos, tudo bem", relativizou Wanderley.

Depois disso, mudaram de Santa Maria para Sobradinho. No terreno próximo à Torre de TV Digital, moram 65 pessoas, 15 a mais do que na época que viviam em Planaltina. A cerca em volta do descampado de terra anuncia "Terracap". O arame é versátil, serve também de varal para as roupas recém-lavadas. Um pouco mais adiante, uma árvore volumosa para os parâmetros do cerrado faz sombra ao cachorrinho acidentado. Um banco de madeira encostado esconde um par de botas desgastadas. Dentro das barracas, a situação é a mesma de antes, com exceção da mesarmário, que agora foi destrinchada e ganhou as versões mesa e armário. Desta vez, porém, os ciganos sentem-se abrigados. Não pelas tendas, mas pelo governo.

Direito à terra

Em 2008, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) realizou a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Segundo a Secretaria, os encontros envolveram aproximadamente 14 mil participantes, divididos entre representantes da sociedade civil organizada e do poder público. A partir desta data, se iniciou um processo de revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) I e II, que culminou com a criação da terceira versão.

O PNDH III entrou em vigor por meio do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, tendo sido atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010. No Eixo Orientador III do documento, há um trecho que versa sobre a garantia do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados.

Dentro do terceiro eixo orientador, no item simbolizado pela letra "k", há uma orientação especificamente para povos ciganos, onde se lê: "garantir as condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional, visando a preservação de suas tradições, práticas e patrimônio cultural. Recomenda-se aos municípios e Distrito Federal que em seus planos diretores contemplem áreas para os acampamentos ciganos".

Ainda segundo o PNDH III, os responsáveis por tal garantia são a própria Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério das Cidades, sendo que a Secretaria de Relações Institucionais e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial se configuram como parceiros nesse sentido.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), organizada, em 2011, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 291 municípios declararam ter acampamentos ciganos, mas, deste universo de 291 acampamentos, apenas 40 prefeituras disseram desenvolver políticas públicas para os povos ciganos. Ou seja, em 86% dos municípios onde os ciganos estão presentes não há nenhuma ação governamental voltada para eles.

No ano anterior, em 2010, a SPU, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou o memorando circular nº 90/2010, que estabelece parâmetros para a destinação do patrimônio público. Segundo a pasta, se substitui a noção de "terra pública, terra sem dono" por "terra pública, terra de todos", o que deve ter por consequência o cumprimento da função socioambiental do patrimônio imobiliário federal.

O próprio regimento interno da SPU, regulamentado pela Portaria nº 232/2005, define, no seu artigo 1º, a finalidade da

secretaria: "administrar o patrimônio imobiliário da União, zelar por sua conservação e formular e executar a política de gestão do patrimônio imobiliário da União embasada nos princípios que regem a Administração Pública, de modo a garantir que todo imóvel da União cumpra sua função socioambiental em equilíbrio com a função de arrecadação".

"Ter direito à terra possibilita o acesso às políticas públicas, porque se você não tem a terra, você não pode ir para a escola, porque vem o ônibus e, depois, você está em outro canto". É o que defende a deputada federal Érika Kokay (PT-DF).

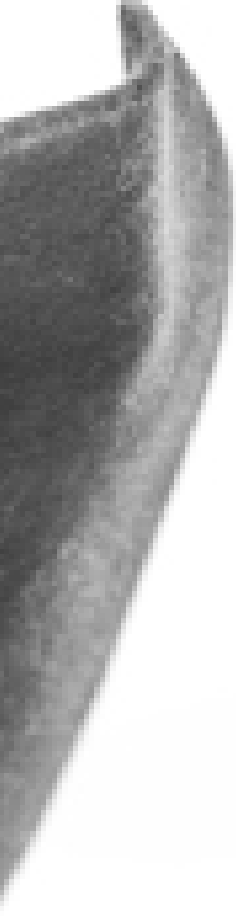
A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi favorável ao fornecimento de terras da União às comunidades tanto de Elias quanto de Wanderley. Lylia Galetti explica que "a SPU tem uma legislação que obriga a União a dar uma destinação social pras suas terras, com prioridade pra essa destinação social, se chama Direito Real de Uso. Nós temos poucos casos, pouquíssimos, de comunidades ciganas que têm acesso à terra pra se fixar. É uma realidade no mundo inteiro o abandono da vida itinerante, da vida nômade."

2015

As aulas do primeiro semestre de 2015 começaram tarde na Universidade de Brasília. Era março e eu ainda estava em casa, embora não estivesse de todo desocupada. Havia acabado de almoçar e assistia à televisão enquanto não dava a hora de pegar o ônibus para ir ao trabalho. No ar, o apresentador do DFTV anunciava as notícias, quando uma delas me chamou atenção.

"E a polícia apreendeu neste fim de semana armas e munição no acampamento cigano na zona rural de Planaltina". O vídeo que seguia a fala do apresentador Fábio William mostrava policiais da Rotam reti-

“Nós somos semianalfabéticos, mas não somos mudos”.



rando armas de dentro de bolsas, debaixo da cama e do vão do piso. Ao final das imagens, o comentarista de segurança pública que participa do jornal acrescentou:

"É importante ressaltar que esse tipo de pessoas, os ciganos, são um povo nômade. Muito provavelmente esses criminosos e criminosas vão sair de Brasília. As polícias de Pernambuco e Goiás já realizaram operações em cima de grupos semelhantes, que têm como característica principal a venda de armas de fogo para criminosos da região. Então eles vendem armas de fogo, como foram essas armas apreendidas, eles também estavam comercializando aqui no DF e, quando não vendem, eles alugam as armas, para que os criminosos cometam crimes graves."

Ainda que eu nunca tenha ido ao acampamento de Elias e Leila, sabia que ficava no Córrego do Arrozal, mesmo endereço exibido na reportagem. De súbito, meu ímpeto foi telefonar ao Wanderley e pedir que me passasse o contato do primo, pois estava produzindo uma outra grande reportagem sobre os ciganos da etnia calon que vivem no Distrito Federal.

Em nenhum dos contatos passados Elias atendia. Procurei outras pessoas que pudessem ter o número dele e mesmo conseguindo outras possibilidades, só a voz da secretária eletrônica aparecia do outro lado da linha. No dia 30 daquele mesmo mês, resolvi que algo precisava ser feito ou a reportagem ficaria incompleta. Enviei mensagens de texto a todos os possíveis contatos de Elias explicando a proposta e, poucos minutos depois, ele me telefonou.

O comentarista de segurança pública estava certo quando disse que os ciganos deixariam Brasília. O que ele não soube, no entanto, é que, antes de deixarem o DF, procuraram o Ministério Público Federal e denunciaram a abordagem dos policiais durante a operação. Questionaram, por exemplo, o fato de os PMs entraram nas barracas sem mandado judicial nas barracas, terem feito revista em mulheres sem a presença de uma militar feminina na equipe, proibido os moradores de irem ao banheiro e os ameaçado de morte.

A operação deflagrada no acampamento de Elias e de Leila na tarde de seis de março carrega o preconceito no nome. Foi intitulada como Operação Calon, o que acaba por assimilar o crime à etnia. No dia 29 de maio, o MPF emitiu uma recomendação a todos os governadores dos estados e do Distrito Federal, ao Departamento de Polícia Federal (DPF) e ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) para que "as operações policiais não utilizem denominações de origem, raça, sexo, cor ou idade, como ciganos, índios ou chineses".

Esta, contudo, não foi a única orientação passada pelo Ministério Público. O procurador da República Felipe Fritz Braga atentou o governador do Distrito Federal e os departamentos citados que para que o ingresso de policiais em cabanas ciganas, em casos de suspeita de prática de crime, ocorra em cumprimento de ordem judicial.

"A cabana do cigano é sua casa e, não havendo flagrante, o ingresso nela é atentatório a direito fundamental e leva à anulação das provas", esclarece Fritz.

É outono em Brasília. As árvores retorcidas erguem as mãos à espera da próxima chuva. Já meio raquíticos, os galhos suplicam o cair das gotas, mas os ventos carregam apenas partículas de poeira. De tanto ventaneio, as barracas estão marrons. Só o capim cresce faceiro, exibindo sua flor rosada. Quem diria que um ramo tão suave, que parece pedir licença para existir, brotaria de uma planta tão atrevida?

A placa azul na entrada indica que houve ali um acampamento cigano. Nesse tempo, a sutileza da flor de capim dividia espaço com flores de cores vibrantes. Vermelho, amarelo, azul, laranja. No dia seis de março de 2015, uma chuva forte levou pra longe a vivacidade das pétalas. Embora a vegetação enraizada aguardasse a chegada da primavera para rever as colegas, elas não vão mais voltar. ◆